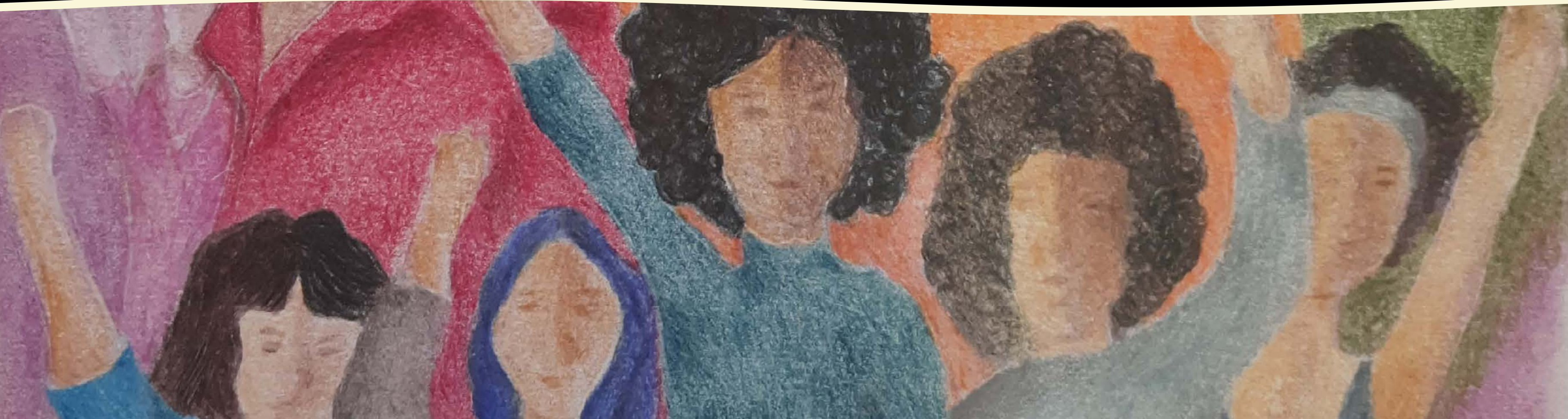


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

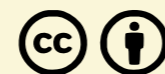
Feminismos e Serviço Social

v.32 n.1

Jan-Jun/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.32 n.1
Gláucia Lelis Alves
Luana Siqueira

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal
Andréa Garcia Tippi (tradução; resenha)
Andrea Moraes Alves (temas livres; 8º ensaio)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Gláucia Lelis Alves. Sem Título, 2021.

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.


CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

ARTIGOS TRADUÇÃO	Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista <i>Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)</i>	5
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho <i>Ana Carolina de Freitas Campos & Mariane Suzze Pereira</i>	24
EDITORIAL DOSSIÊ	Feminismos e Serviço Social <i>Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira</i>	42
ENSAIOS DOSSIÊ	Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente <i>Clara Gomide Saraiva</i>	48
	Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/Exploração <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i>	74
	Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados <i>Natalia Perdomo dos Santos</i>	98
	Contribuciones de Clara Zetkin para entramados socialistas y feministas <i>María Cecilia Espasandín</i>	124
	Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade <i>Camila Carduz Rocha</i>	148
	Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica <i>Mirla Cisne & Raíssa Paula Sena dos Santos</i>	173
	Formação acadêmico-profissional e o debate da humanização do parto numa perspectiva feminista-antirracista <i>Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso et alia</i>	199
	A lei de alienação parental e a lei da guarda compartilhada obrigatória: para o melhor interesse da manutenção da violência contra mulheres/mães e crianças <i>Alessandra Pereira de Andrade & Sibebe de Lima Lemos</i>	226
	(Des)criminalização do aborto e Serviço Social: desafios para o cotidiano profissional <i>Thais de Biazzi Oenning & Esther Luiza de Souza Lemos</i>	245
	Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social <i>Rachel Gouveia Passos et alia</i>	263
RESENHA	Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção, de Fátima Valéria Ferreira de Souza (org.) <i>por Renato Francisco dos Santos Paula</i>	279

 Você está aqui.



Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente

Reprodução social
Totalidade
Racismo
Patriarcado
Capitalismo dependente

Este artigo busca utilizar as ferramentas teóricas da Teoria da Reprodução Social para compreender de que forma a divisão sexual-racial do trabalho se expressa no terreno da reprodução social diante da totalidade do capitalismo. Abordaremos, em particular, como isso se dá nos países de capitalismo dependente, que é o caso do Brasil e da América Latina, onde há uma força de trabalho estruturalmente superexplorada graças a relações sociais de classe marcadamente racistas e patriarcais e a um desenvolvimento histórico desigual e combinado em relação aos países imperialistas.

Clara Gomide Saraiva

Técnica administrativa da UFRJ, mestre em serviço social (UERJ).
clarasaraiva@me.com

Totality, social reproduction and sexual-racial division of labor in dependent capitalism

This article seeks to use the theoretical tools of the Social Reproduction Theory in order to understand how the sexual-racial division of labor is expressed in the field of social reproduction facing the totality of capitalism. We will address, in particular, how this happens in countries with dependent capitalism, which is the case of Brazil and Latin America, where there is a structurally overexploited workforce due to markedly racist and patriarchal social relations and to an uneven and combined historical development in relation to imperialist countries.

Social reproduction
Totality
Racism
Patriarchy
Dependent capitalism





Introdução: o que é reprodução social?

Em Marx e na tradição marxista há inúmeros debates sobre o significado de reprodução social. De acordo com uma compreensão materialista dialética e histórica da realidade, onde a matéria está em constante movimento, podemos afirmar que todo o processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. Trata-se da reprodução incessante das próprias condições de produção. Ou, ainda, a reprodução das relações de classe, da força de trabalho e do próprio capital em si, em sua incessante busca pela valorização do valor. Isso não significa que todo aspecto da reprodução social, compreendida como a reprodução do conjunto do sistema, produza valor. O Estado, as forças armadas, a família, a escola pública, a ciência, a cultura, a política, a ideologia; todas fazem parte da reprodução das condições de produção, ou da reprodução social total, mas de acordo com Marx, elas não são *em si* produção de valor.

De qualquer forma, “se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução” (MARX, 1984, p. 660). Essa simples frase diz muito sobre a determinação das relações sociais que formam o sistema capitalista, já que mesmo a atividade realizada dentro de casa, como limpar ou cozinhar, que preserva um distanciamento do processo produtivo, está vinculada e determinada (ainda que indiretamente) pelas leis e diretrizes do capital. E isso acontece porque, na medida em que o capital se produz e reproduz, também se produz e reproduz a relação de classe contida nele. Não existiria capital sem trabalho assalariado. Ou, nas palavras de Marx: “A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado” (MARX, 1984, p. 673). Marilda Iamamoto, em seu clássico livro *Relações Sociais e Serviço Social* (2006), nos ajuda a elucidar a questão:

A reprodução é a continuidade do processo social da produção, porém, uma continuidade que não se reduz à mera repetição é uma continuidade que no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar. As condições de produção são, portanto, as da reprodução (IAMAMOTO, 2006, p. 46).





Queremos frisar a ideia de que, no decorrer da reprodução ocorre não uma “mera repetição”, mas uma renovação processual em que “se cria e recria de modo peculiar”. Em outra passagem, Iamamoto reafirma sua compreensão de reprodução das relações sociais como uma totalidade abrangente, que envolve “o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (IAMAMOTO, 2006, p. 72). Ou seja, não só a produção material em si, mas também a reprodução cultural, espiritual e a consciência social.

É possível afirmar, portanto, que produção e reprodução do capital ditam a produção e reprodução da classe trabalhadora. Ainda que não esteja preso por grilhões como o escravo romano, como afirma Marx, o trabalhador está “preso a seu proprietário por fios invisíveis”, mesmo havendo “mudança contínua de seus patrões e a ficção jurídica do contrato” (MARX, 1984, p. 667). Ou, poderíamos acrescentar, ainda que tenha uma relativa autonomia para decidir com quem vai casar, quantos filhos quer ter, que produtos vai comprar no mercado, o que será feito para o almoço, o que fazer em seu tempo livre, os “fios invisíveis” ainda estão ali, assombrando nossas vidas e limitando nossas escolhas. De acordo com a posição social que ocupa, as condições de sua reprodução da vida estarão mais ou menos limitadas. Afirmar isso não é absolutizar a dominação do capital, mas até pelo contrário, compreender que as esferas da luta de classes vão muito além da relação de exploração que se estabelece no local de trabalho. E que a relação entre as classes só é plenamente compreendida se observarmos o seu conjunto e os interesses estratégicos em oposição¹.

Seja no terreno da produção, seja no terreno da reprodução social, relações sociais de dominação entre os gêneros e raças determinam padrões de desigualdade e opressão. Neste artigo, buscaremos compreender como a Teoria da Reprodução Social (TRS) aborda a questão, preocupada centralmente com a reprodução social da força de trabalho. E como o capital incide sob a divisão sexual e racial do trabalho reprodutivo, evitando uma compreensão economicista da questão. Queremos traçar, ainda que em linhas gerais, de que forma essa divisão desigual, determinada histórica e socialmente, se expressa na vida de famílias trabalhadoras, impactando, particularmente, as mulheres negras.





Reprodução social da força de trabalho

Para a teoria feminista, o termo reprodução social ficou consolidado como o conjunto de processos, tarefas e trabalhos que garantem as condições de subsistência diária e de renovação geracional do conjunto da classe trabalhadora. Uma contribuição fundamental da Teoria da Reprodução Social foi ampliar a noção de trabalho para processos que comportam não só a produção, como também a reprodução social, mesmo aquela realizada de forma gratuita pela mulher dentro de casa como trabalho doméstico. A pergunta fundamental que essas autoras buscam responder é: “Se o trabalho do trabalhador produz toda a riqueza em nossa sociedade, quem então produz o trabalhador?”² (BHATTACHARYA, 2017, p. 14).

Ao considerar o trabalho como corporificado, como uma prática espacialmente localizada sustentando a reprodução da totalidade social, o feminismo da reprodução social oferece uma concepção teoricamente rica do trabalho como uma *unidade diversa*. É *diversa* em sua natureza generificada, racializada, sexualizada (e assim por diante). Mas o trabalho (re)produtivo (ou atividade humana prática) é também um *momento unificador*, na medida em que todo corpo que trabalha, diversamente constituído, participa na reprodução de uma realidade social compartilhada, e é uma expressão desse todo social (FERGUSON, 2017, p. 30, grifo do autor).

De acordo com Arruza e Bhattacharya (2020, p. 38), a reprodução social pode se dar em três esferas distintas. Em primeiro lugar, nas famílias, nos lares domésticos, de forma gratuita; também pela via do Estado, onde uma série de trabalhos de reprodução foram socializados em instituições públicas (escolas, hospitais etc.), avançando e retrocedendo conforme o desenvolvimento social e histórico e determinado pela luta de classes; e, por fim, principalmente a partir do neoliberalismo, através de serviços privatizados que são uma enorme fonte de lucro ao capital (educação privada, planos de saúde, pensões, limpeza etc.), inclusive por meio da captura de parcela do fundo público (BEHRING, 2012)³. Seja dentro dos lares, na esfera pública ou como um serviço capitalista, as atividades de reprodução social são fortemente marcadas por um trabalho generificado e racializado.

Esse trabalho pode ser organizado de inúmeras maneiras - dentro e fora da casa, como trabalho remunerado ou não, criando valor de





troca ou apenas valor de uso - e essas formas não são mutuamente exclusivas. Um exemplo é a preparação de comida, que pode ser feita por um membro da família como trabalho não remunerado na casa, por uma criada como trabalho assalariado na casa ou por um cozinheiro de refeições rápidas em um restaurante de fast-food como trabalho assalariado que gera lucro para o empregador. Essas formas existem contemporaneamente (GLENN, 1992, p. 4)⁴.

Mas o que exatamente queremos dizer com *reprodução social da força de trabalho*? Para responder essa questão, é preciso, em primeiro lugar, compreender as duas características especiais da força de trabalho.

No desenvolvimento histórico-social e na produção e reprodução do capital, o trabalho passa a ser uma *relação social* na qual o trabalhador entrega o valor de uso de sua força de trabalho a um capitalista que detém os meios de produção, e que emprega essa *força de trabalho* para produzir mercadorias e acumular capital. A força de trabalho, ainda que seja uma mercadoria como tantas outras, possui duas características especiais que devem ser consideradas: (1) é a única capaz de produzir maisvalor; (2) não pode ser produzida de forma capitalista.

Em relação à primeira característica, o trabalhador consome os meios de produção pertencentes ao capitalista para a realização do seu trabalho, transformando-os em um produto que conterà mais-valor, processo que Marx denomina como *consumo produtivo* (MARX, 1984, p. 665). As conclusões retiradas da segunda característica especial da força de trabalho determinam uma série de processos necessários para fazer o trabalhador se reproduzir, em relação a si mesmo e do ponto de vista geracional. Marx chama de *consumo individual* o consumo dos meios de subsistência para “reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores”(MARX, 1984, p. 666).

Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador constitui fator da produção e reprodução do capital, processe-se dentro ou fora da oficina, da fábrica etc., dentro ou fora do processo de trabalho, do





mesmo modo que a limpeza da máquina, ocorra ela no processo de produção ou em determinadas pausas. Pouco importa que o trabalhador realize seu consumo individual tendo em vista sua própria satisfação e não a do capitalista. As bestas de carga saboreiam o que comem, mas seu consumo não deixa, por isso, de ser um elemento necessário do processo de produção. A conservação, a reprodução da classe trabalhadora, constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. O capitalista pode tranquilamente deixar o preenchimento dessa condição por conta dos instintos de conservação e de perpetuação dos trabalhadores (MARX, 1984, p. 666).

O que Marx chama de “produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador” é o que podemos denominar reprodução social da força de trabalho. O que uma série de teóricas feministas chamam a atenção, neste trecho, é para o raciocínio de Marx de que o capitalista poderia deixar a reprodução dos trabalhadores por conta dos seus “instintos de conservação e perpetuação”⁵. Na realidade, o processo de reprodução social da força de trabalho, até mesmo por ser “imprescindível ao capitalista”, é fruto de importantes investidas, tanto no nível material e objetivo, quanto no ideológico e espiritual. Envolve um jogo de forças complexo, contraditório, entre capital, trabalhadores e Estado capitalista, atravessado historicamente pela luta de classes. Como afirma Vogel (2013, p. 198)⁶, “Diversas características da reprodução da força de trabalho e da opressão das mulheres na sociedade capitalista surgem da lógica da acumulação capitalista em si”.

Um trabalhador ou trabalhadora, pertencentes a um núcleo familiar, não reproduzem apenas a si mesmos, mas também garantem a reprodução de outras pessoas sob sua responsabilidade que não estão diretamente no processo produtivo: crianças, idosos, deficientes físicos, desempregados etc. Portanto, quando falamos em reprodução social da força de trabalho, não estamos falando apenas de quem trabalha, mas do conjunto da classe trabalhadora. Podemos sistematizar a reprodução social em três dimensões fundamentais a partir da TRS (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020):

- a manutenção dos trabalhadores, produtores diretos;
- a manutenção dos não trabalhadores da classe trabalhadora; e
- o processo de substituição geracional.



Destes, apenas o último contém, em parte, uma divisão sexual predeterminada, já que apenas as mulheres (ou homens transexuais sem cirurgia de mudança de sexo) são biologicamente capazes de gestar, parir e amamentar novos seres humanos – que no capitalismo serão novos trabalhadores, tratando-se de uma unidade familiar da classe trabalhadora. Ainda assim, à mulher trabalhadora é repassado um conjunto de responsabilidades voltadas à reprodução social da força de trabalho, relacionadas à limpeza, alimentação, cuidados, que foram naturalizados como “funções femininas”. É o que convencionou-se chamar de *trabalho doméstico*.

As relações de gênero, raça e sexualidade sob uma perspectiva totalizante

De acordo com o Dicionário Crítico do Feminismo (HIRATA *et al.*, 2009, p. 67), a definição de divisão sexual do trabalho feita por Daniele Kergoat é de que se trata “da forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” e que “tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor agregado (políticas, religiosas, militares etc.)”, obedecendo a determinados princípios de separação e hierarquia.

Há uma extensa produção bibliográfica que busca justificar a existência e a profundidade de uma divisão desigual em termos sexuais do trabalho, seja no que tange a ocupação da mulher em postos formais de trabalho em comparação aos homens (áreas profissionais majoritariamente femininas, desigualdade salarial, precarização das condições de trabalho etc.) ou, ainda, na sobrecarga das tarefas domésticas e de cuidado. Por outro lado, também existe uma importante produção teórica sobre como se expressa essa realidade para a população negra, que se centra, majoritariamente, no universo do “mercado de trabalho”, ou seja, no terreno da *produção*. Há, porém, poucos estudos que cruzam a divisão sexual e racial do trabalho com as atividades de reprodução social do ponto de vista da totalidade capitalista (GLENN, 1992). Quando afirmamos que às mulheres cabe a principal responsabilidade da reprodução social da força de trabalho, seja em trabalhos gratuitos ou remunerados, devemos deixar claro o que unifica e o que diferencia mulheres

trabalhadoras brancas e negras. Qualquer abordagem sobre a divisão sexual do trabalho que leve em conta apenas as desigualdades de gênero recai no equívoco de considerar uma “experiência feminina universal”.

Feministas marxistas colocam a construção de gênero do trabalho reprodutivo no centro da opressão das mulheres. Elas ressaltam que esse trabalho é realizado de forma desproporcional por mulheres e é essencial para a economia industrial. No entanto, porque ocorre principalmente fora do mercado, é invisível, não é reconhecido como um trabalho real. Os homens se beneficiam direta e indiretamente desse arranjo - diretamente porque contribuem com menos trabalho em casa enquanto desfrutam dos serviços que as mulheres fornecem como esposas e mães e indiretamente porque, livres do trabalho doméstico, podem concentrar seus esforços em empregos remunerados e alcançar a primazia nessa área. Assim, a divisão sexual do trabalho reprodutivo no lar interage com e reforça a divisão sexual no mercado de trabalho. Essas análises chamam a atenção para a dialética da produção e reprodução e o privilégio masculino em ambos os domínios. Quando representam o gênero como a única base para a atribuição do trabalho reprodutivo, entretanto, implicam que todas as mulheres têm a mesma relação com ele e que, portanto, é uma experiência feminina universal (GLENN, 1992, p. 2).

Mais do que admitir que há uma combinação de relações sociais de dominação e opressão em termos de gênero, raça, sexualidade, classe etc., o feminismo da reprodução social busca identificar de que forma tais particularidades se determinam no funcionamento totalizante da sociedade. Nesse sentido, compreende o todo não como a mera soma das partes, mas no sentido marxiano do termo: a *totalidade* como síntese de múltiplas determinações.

A realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, *mas sempre determinadas* (LUKÁCS, 1967, p. 240, grifo nosso).

Dessa forma, a categoria “totalidade” é imanente ao real; ou seja, a própria realidade se constitui como uma totalidade dialética e



historicamente determinada, não sendo esta simplesmente uma categoria metodológica a partir da qual a realidade pode ser *interpretada*.

O desafio, portanto, é estabelecer a relação entre particularidade e totalidade de forma ordenada, e não simplesmente afirmar que todas se determinam umas às outras, mas compreender a lógica que estrutura ou determina – no sentido de exercer pressões e impor limites – as relações sociais que a compõe (FERGUSON, 2017. p. 22). Assim, podemos chegar a uma concepção unitária das relações sociais de classe, gênero, raça e sexualidade⁷. Essa construção teórica e metodológica nos ajuda a não apenas identificar as diferentes naturezas das relações de opressão, dominação e exploração que marcam a realidade de corpos de mulheres e homens da classe trabalhadora, mas mais do que isso, de perceber de que forma elas se vinculam ao funcionamento mais geral da sociedade capitalista.

A lógica capitalista é *determinante* no sentido dialético da palavra: a lógica de acumulação e expropriação demanda certas relações de gênero e outras não, mesmo se essas relações podem exceder tal lógica. Ao mesmo tempo, essas relações de gênero – reciprocamente determinantes de, e determinadas por, relações raciais e outras ainda – constituem o capitalismo. Elas estão entre as forças sociais reais, a realidade vivida, através da qual a lógica de acumulação e expropriação opera (FERGUSON, 2017, p. 26, grifo do autor).

Pontuar esta questão é fundamental para que percebamos que os conflitos de classe são determinados, também, por conflitos de gênero, raça, sexualidade, que por mais que pudessem existir antes do capitalismo, neste modo de produção assumem uma “forma especificamente capitalista” (ALMEIDA, 2018, p. 75). A compreensão da junção de tais relações de exploração, opressão, dominação, entre distintos grupos sociais, é alvo de profundos debates entre pesquisadores da teoria crítica e feminista, podendo ser reconhecida como “interseccionalidade” (CRENSHAW, 1989) ou “consubstancialidade” (KERGOAT, 2009). A preocupação em encontrar ferramentas teóricas que ajudem a submeter diferentes conflitos e opressões a uma lógica integrativa é fundamental, porém não basta afirmar que eles se vinculam uns com outros, mas responder à questão: *de que forma?* Buscar identificar o que está por trás da aparência (homens





contra mulheres, brancos contra negros etc) e como, exatamente, o capitalismo se utiliza destas opressões e as coloca a serviço da lógica de acumulação de capital. A TRS nos auxilia a compreender isso a partir das distintas determinações, já que pensamos no conjunto da vida da classe trabalhadora. Se perdemos de vista a vinculação das opressões com a totalidade da realidade, nossa compreensão será sempre parcial, fragmentada e incompleta.

Gênero, raça e classe não são relações estáticas, pré-existentes no interior de um campo social abstrato, mas práticas e processos que herdamos, experienciamos e criamos no interior de uma constelação ampla de relações de poder. E o olhar analítico move-se entre os processos cotidianos nos quais, e através dos quais, reproduzimos a realidade e o contexto social mais amplo. Não obstante, a despeito de sua promessa, essa abordagem constitutiva também tem dificuldades para explicar a lógica social da relação entre as opressões particulares, interdependentes, e a totalidade social que integram. Essa totalidade é, em outras palavras, sub-teorizada (FERGUSON, 2017, p. 20).

Dessa forma, compreendemos que o capitalismo é *em si* racista, patricarcal, LGBTIA+fóbico etc. Não se trata de sistemas paralelos que se imbricam, cada um contendo sua própria lógica de relações de exploração e dominação. O trabalho doméstico gratuito de uma mulher, ainda que exercido fora da esfera produtiva, não é definido de forma paralela e com autonomia ao capitalismo, por um “modo de produção doméstico”⁸ ou algo do tipo. Mas acontece vinculado ao funcionamento mais geral da sociedade capitalista, sendo indispensável ao capital para garantir condições de exploração sistemática da força de trabalho. Portanto, a própria definição de classe social deve vir acompanhada da corporeidade que determina quem são esses trabalhadores para explicar a realidade em que vivemos.

Almeida (2019) argumenta sobre a relação estrutural entre racismo e capitalismo, considerando classe e raça como “elementos sobredeterminados”.

Logo, o racismo não deve ser tratado como uma questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de classe que desconsidera o modo com que esta se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico. São indivíduos concretos que compõe





as classes à medida que se constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo. Assim, classe e raça são elementos socialmente sobredeterminados (ALMEIDA, 2018, p. 185).

A partir dessa compreensão, percebe-se mais claramente o reducionismo economicista que enxerga a exploração de classe e as distintas opressões baseada meramente em sua relação com o mercado capitalista. Na venda da força de trabalho, é evidente que estão colocados padrões de exploração distintos sobre corpos femininos e negros, que determinam uma divisão sexual e racial do trabalho profundamente desigual. Entretanto, a contradição de classe e as relações de dominação e opressão sobre a classe trabalhadora se realizam em todos os aspectos da vida em sociedade.

Ter a dimensão de que os processos de reprodução social envolvem também a socialização, disciplinamento, educação, adaptação a uma determinada cultura, posição de classe, ajuda a perceber o quanto está atravessado por ideologias, religiões e papéis sociais predeterminados. Também nos leva a compreender que mesmo entre famílias trabalhadoras, a depender do bairro em que se vive, da quantidade de cômodos na casa, se há saneamento básico, água limpa, se o ar é mais ou menos puro, se possui ou não eletrodomésticos para otimizar o trabalho de limpeza e cozinha, se há creches e escolas públicas de qualidade perto, se há transporte barato em condições dignas, se a violência policial é uma constante que mata e impõe um terrorismo permanente; tudo isso determina as condições sob as quais as famílias garantirão sua reprodução social (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020). Dessa forma, percebe-se que o racismo se expressa para além de desníveis salariais e aprofundamento da competição entre trabalhadores negros e brancos, e se impõe em todas as dimensões da vida, sendo central para a compreensão da reprodução social da força de trabalho.

A TRS [Teoria da Reprodução Social] pinta um quadro muito mais assustador: o racismo se desdobra no nível da reprodução da força de trabalho. Escolas, serviços de saúde, água e ar envenenados (porque suas casas são construídas perto de áreas contaminadas pela poluição ou resíduos industriais): todos esses processos contribuem para a construção de diferentes níveis de força de trabalho e também para a





manutenção de ideias racistas na sociedade. O que propomos é uma análise do racismo que vai além do nível da troca para o domínio da própria produção da força de trabalho. Nesse sentido, é uma visão muito mais aterrorizante do racismo, mas também é uma ideia muito mais sólida de anti-racismo, porque analisa o racismo em todos os elos de sua construção: em qualquer desses elos o capital pode ser afetado (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 42)⁹.

O racismo estrutural do capitalismo dependente

É sabido que pela história de colonização das nossas terras e povos originários e da escravidão de negras e negros, temos a formação de um capitalismo dependente no Brasil e no conjunto da América Latina. Portanto, o processo histórico de formação da classe trabalhadora brasileira é marcado por sequestros, tortura, estupros, e todo tipo de violência cometida contra a população afrodescendente e indígena.

Como afirma Silvio Almeida (2018, p. 42), “A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social”. No caso brasileiro, deveu-se à larga utilização de força de trabalho escravizada para sustentar uma economia colonial que tinha como objetivo fundamental ser uma “produção mercantil que, comercializável no mercado mundial, não concorresse com a produção metropolitana” (CATANI, 1980, p. 64). O capitalismo comercial na América Latina foi capaz de reinventar tanto o trabalho servil quanto o trabalho escravo (CATANI, 1980), e fazer com que suas engrenagens se vinculassem ao processo global de trocas mercantis. A colônia cumpria, portanto, o papel de produção complementar, a partir da exportação de produtos agrícolas e metais preciosos.

O fluxo de escravos vindos da África era tão alto que a preocupação com a sua reprodução não era, a princípio, tão grande, e, portanto, eram submetidos aos mais altos níveis de exploração com o explícito objetivo de fazê-los trabalhar exaustivamente até morrer, tendo uma expectativa de vida extremamente baixa. Ainda que das mulheres negras se esperasse o mesmo, sempre foram tratadas de forma ainda mais degradante, dando-lhes menos comida, castigos mais cruéis, além de estarem vulneráveis aos estupros e humilhações sexuais de seus senhores e ainda a agressão que sofriam junto com os



fetos, quando estavam grávidas. Na medida em que foi sendo abolido o comércio de escravos na segunda metade do século XIX, a situação se tornou mais complexa. As mulheres foram submetidas a maiores ataques sexuais e controladas em seus hábitos reprodutivos.

A família escrava é um exemplo da intervenção direta do capital na esfera da reprodução e tenta modelá-la diretamente. E a razão disso é muito simples, oportuna e funcional. Primeiro, porque o capital poderia permitir que escravos morressem porque poderia obter novos escravos. Mas então o tráfico de escravos parou quando a escravidão foi abolida e os capitalistas não puderam mais ir a Gana para encontrar novos escravos quando morreram, então eles tiveram que produzi-los eles mesmos, da mesma forma que produziam algodão. Como você provavelmente se lembrará na descrição de Angela Davis e também no livro de Dorothy Roberts, isso envolvia as várias maneiras desumanas pelas quais o escravo era trazido para um grupo com uma escrava e forçado a procriar. Mulheres escravas eram estupradas para reproduzir os escravos. O controle direto da reprodução na família escrava é uma forma de reprodução social única no capitalismo, no qual o capital intervém diretamente e regula a reprodução de forma violenta (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 55).

A vantagem da utilização de força de trabalho escrava sobreviveu por um longo período, mesmo diante de uma aparente contradição com a exploração capitalista feita sobre uma classe trabalhadora escravizada. Saffioti (1976) nos ajuda a compreender tal contradição e como o capital soube explorar os caminhos para a sua valorização.

Os três séculos e tanto de escravidão negra no Brasil constituíram, assim, o marco inicial de constituição de uma estrutura econômica que, em estágios posteriores, ganharia novas determinações capitalistas. Se, de um lado, a utilização da força de trabalho escrava se vai tornando progressivamente incompatível com a constituição de uma economia capitalista plenamente desenvolvida e se absorve um certo montante de capital fixo, cuja realização no produto do trabalho se faz de modo lento e fragmentário, de outro, é preciso considerar que há, na produção escravista, um sobretrabalho de que se apropria o empresário, excedente de trabalho este que, dada sua magnitude, não é consumido como renda pelo capitalista. Assim, a apropriação, por parte do proprietário das empresas agrícolas



exportadoras, do mais-valor criado pelo trabalho escravo permitia a reinversão de capital e, portanto, a acumulação. O escravo não constitui somente parcela do capital fixo. Desde que a distinção entre os tipos de capital não se atenha meramente ao modo pelo qual eles penetram na circulação (e a circulação de mercadorias diz respeito a valores previamente existentes), é possível apreender, no momento da produção, a produção da mais-valia, fonte da acumulação capitalista (SAFFIOTTI, 1976, p. 78).

O conceito de capitalismo dependente é estrutural e histórico, e a relação de dependência constituída se deu de “dentro para fora” e de “fora para dentro”. Portanto, qualquer comparação com os modelos clássicos de consolidação do capitalismo, como a Inglaterra com sua Revolução Industrial, ou a França com sua Revolução Burguesa, não servem para explicar as particularidades de tal processo histórico¹⁰.

Afirmando de outra forma, só é possível explicar os processos de desenvolvimento do capitalismo central a partir da relação que estabeleceram com os demais países periféricos, em uma relação dialética entre centro e periferia. O que Ruy Mauro Marini nomeou, e deu título à sua principal obra, como a *Dialética da Dependência* (1981 [1973]). A partir deste desenvolvimento desigual e combinado a nível internacional, foi se constituindo uma complexa relação entre a exploração da força de trabalho dos países colonizados de economia dependente com os países de economia avançada.

Os trabalhadores de economias dependentes são submetidos a uma superexploração do trabalho, que implica, de acordo com Marini (1981), a uma remuneração abaixo do seu valor e da capacidade de reprodução social da força de trabalho. Mais especificamente, Marini (1981, p. 30) chama a atenção para três mecanismos específicos que caracterizam a superexploração, tais quais: (1) intensificação do trabalho; (2) prolongamento da jornada de trabalho; e (3) expropriação de parte do trabalho necessário ao operário repor a sua força de trabalho.

Sobre a relação entre racismo e superexploração, Almeida afirma:

Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento da remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração





física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada *periferia*, onde em geral o capitalismo se instalou sob a lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que *liberam* os elementos constitutivos da sociedade capitalista (ALMEIDA, 2018, p. 137, grifo do autor).

Do ponto de vista histórico, colonialismo, escravidão e capitalismo determinaram as relações de raça no Brasil e, em geral, nos países de capitalismo dependente (ALMEIDA, 2019). Afirmar, apenas, que o racismo é uma herança da escravidão como resquício de um passado não superado não leva a compreensão de que a escravidão e o racismo são parte constitutivos do próprio capitalismo, marcando tanto os países centrais como os periféricos, desigualmente, porém combinadamente. E por isso, este passado não pode ser compreendido desassociado do presente, e vice-versa. O racismo, portanto,

é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia¹¹ (ALMEIDA, 2018, p. 184).

Se historicamente se constituiu uma classe trabalhadora superexplorada, isso foi possível graças a esse racismo estrutural e em constante renovação, combinado ao machismo que impôs patamares de superexploração para o conjunto das/os trabalhadoras/es. Podemos, portanto, enquadrar esse esforço sistemático do capital que marca a classe trabalhadora de capitalismo dependente (e também a parcela da classe trabalhadora em países imperialistas que é imigrante, afrodescendente, indígena, muçulmana etc.) a partir de uma dupla consequência sobre os grupos oprimidos.





Em primeiro lugar, porque diferenciar parcelas da classe trabalhadora em níveis de hierarquia (homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais/transexuais/ etc.) contribui não só para violar o valor da força de trabalho desses grupos, mas reduz de conjunto os patamares de remuneração e direitos de toda a classe trabalhadora. É um processo de nivelamento por baixo dos padrões de exploração.

E o segundo elemento, decorrente desse, é que essa diferenciação e rebaixamento das condições de vida se expressam não apenas no trabalho assalariado e acesso a direitos trabalhistas, mas também, diretamente, no terreno da reprodução social. Nos acessos a serviços públicos de qualidade (creche, escola, hospital, praças, recreação etc.), nas condições de higiene e saneamento básico dos bairros e comunidades, no acesso a meios de transporte, na alimentação e nutrição das famílias, nas condições de moradia, no acesso a eletrodomésticos etc. Inclusive, devemos incluir como parte desse quadro a violência policial, o encarceramento em massa e a guerra “às drogas” nas comunidades que se colocam como um instrumento de terrorismo estatal sob a população negra para que seja não só exterminada e encarcerada em índices brutais, mas que sirva de mecanismo de controle para suportar condições de trabalho e taxas de exploração desumanas.

A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital –, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas “universais” de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural dessa situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo (ALMEIDA, 2018, p. 186).

O capitalismo não, simplesmente, se beneficia do racismo e do machismo, mas depende deles. Disso, podemos concluir que a superexploração da força de trabalho dos países dependentes só é possível *graças* ao racismo, machismo e todo o conjunto de relações de dominação e opressão estruturais ao capitalismo,



expressando-se na violação do fundo de consumo e do fundo de vida¹² tanto na esfera da produção, quanto da reprodução social.

A divisão sexual-racial do trabalho da reprodução social

De acordo com Glenn (1992), o estudo sobre a divisão racial do trabalho de reprodução social é chave para compreender a particularidade da exploração e opressão de mulheres negras no capitalismo, sendo “fonte tanto de hierarquia quanto de interdependência entre mulheres brancas e negras. Portanto, é essencial para o desenvolvimento de um modelo integrado de raça e gênero”(GLENN, 1992, p. 3).

Em primeiro lugar, é importante destacar que os papéis sociais construídos ideologicamente pelo capitalismo desde a sua fundação foram muito diferentes para mulheres brancas e mulheres negras. Com o desenvolvimento da indústria foi disseminado ideologicamente um modelo de mulher “mãe” e “esposa dona de casa”, que só eram realmente atingíveis para as mulheres brancas (DAVIS, 2016).

A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados da nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante” (DAVIS, 2016, p. 25).

Desenvolvia-se, assim, um determinado padrão de mulher virtuosa e domesticada que Glenn (1992) descreve como um objetivo imposto a ser perseguido pelas mulheres brancas e que, ao não confrontarem seus papéis de inferioridade contra seus maridos “empurraram o fardo para as mulheres com ainda menos poder. Elas só poderiam justificar isso negando a feminilidade da empregada doméstica, ignorando os laços familiares e as responsabilidades da empregada” (GLENN, 1992, p. 17).

Especificamente sobre a condição das mulheres negras na América Latina, Lélia Gonzalez (2011) traz os conceitos de

“ameríndias” e “amefricanas” para se referir às mulheres não-brancas de origem indígena e africana sendo parte estruturante do que chama de “proletariado afrolatinoamericano”.

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano (GONZALEZ, 2011, p. 17).

Gonzalez (2018) descreve as tarefas que cabiam às mulheres negras escravizadas enquanto “mucamas”, e que marcaram profundamente, por toda a nossa história, o seu lugar social numa divisão sexual-racial do trabalho.

Cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isto sem contar com as investidas “sexuais” do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto de ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc., quase mortos de fome e cansaço (GONZALEZ, 2018, p. 39).

O lugar da “mucama” se reinventou ao longo da história do Brasil, mas até os nossos tempos há uma enorme quantidade de mulheres negras trabalhando nas casas de famílias brancas cumprindo as mesmas funções que as descritas nessa passagem. Tarefas que mesmo feitas fora dos lares domiciliares, se reproduzem em trabalhos degradantes. Mulheres negras são empregadas para fazer o trabalho pesado e sujo da reprodução social, aquele dos bastidores (GLENN, 1992, p. 20), como cozinhando ou servindo em restaurantes e lanchonetes, fazendo a limpeza das ruas, escritórios ou quartos de hotéis, cuidando de idosos

e crianças. É verdade que as mulheres trabalhadoras em geral são empregadas para esse tipo de trabalhos, mas a tendência é clara: quanto mais precário o trabalho e menor a interação com o público, maior será a concentração de mulheres negras.

Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc. e tal? (GONZALEZ, 1984, p. 233).

Além dos empregos em postos de trabalho que Glenn (1992) nomeia de “*trabalhos de serviço institucional*”, há uma imensa concentração de mulheres negras como empregadas domésticas, trabalhando como faxineiras, cozinheiras e babás em residências familiares da classe alta, média e, inclusive, em famílias brancas da classe trabalhadora, realizando funções muito similares a das “mucamas” (GONZALEZ, 2018). Dizendo o mesmo em outras palavras, Gonzalez (2018, p. 45) afirma que a mulher negra, “quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (‘refúgios’) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de ‘servente’”. Daí se percebe de que forma se concretiza a divisão racial do trabalho: prioritariamente nos empregos domésticos e nos trabalhos de serviço de baixa remuneração.¹³

Gerações de mulheres negras – desde as escravizadas até depois da abolição, filhas, netas e bisnetas – se mantiveram trabalhando na casa de outras famílias brancas como empregadas domésticas. As patroas brancas, mesmo em relação a questões relacionadas à maternidade e relação das trabalhadoras domésticas com suas famílias que, supostamente, unificaria seus interesses, não reconheciam as necessidades e, muito menos, os direitos, que essa trabalhadora negra possuía. “A exploração do trabalho físico, emocional e mental das mulheres de etnia racial em benefício das famílias brancas, portanto, poderia se tornar invisível na consciência, se não na realidade” (GLENN, 1992, p. 32).



Ainda que negadas a exercer plenamente seu papel como mães, Glenn (1992), relatando uma pesquisa realizada com empregadas domésticas dos Estados Unidos, afirma que um dos seus principais objetivos era ter condições de quebrar a corrente geracional do trabalho doméstico em sua família.

Talvez o tema mais universal nas falas das trabalhadoras domésticas seja que elas estão trabalhando para que suas próprias filhas não tenham que ir para o serviço doméstico e enfrentar os mesmos dilemas de ter que deixar seus bebês para ir trabalhar. Uma doméstica nipo-americana observou: *“Eu digo a minhas filhas o tempo todo: ‘Contanto que você consiga um emprego estável, continue na escola. Quero que você consiga um bom emprego, não como eu’. É o que sempre digo às minhas filhas: certifique-se de que você não está presa”* (GLENN, 1992, p. 19, grifo da autora).

Percebe-se, daí, que cessar a herança geracional como trabalhadoras domésticas é parte fundamental de suas aspirações enquanto mulheres negras.

Podemos nos perguntar, então: de que forma o capitalismo conseguiu, além do uso da força coercitiva, disseminar a ideia de inferioridade impondo às mulheres negras o “mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 2018, p. 44)? Uma série de justificativas ideológicas foram utilizadas, na tentativa de naturalizar seu papel como empregadas domésticas e internalizar nessas mulheres sua “inferioridade”. Os argumentos iam desde que as mulheres negras eram incapazes de governar suas vidas, dependentes dos brancos, seu destino era servir etc. (GLENN, 1992, p.15). Gonzalez argumenta no mesmo sentido, referindo-se às empregadas domésticas.

Enquanto empregada doméstica ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. É tudo isto acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. (...) Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isto sem contar quando tem de acordar mais cedo (3 ou 4 horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente (GONZALEZ, 2018, p. 45, grifo da autora).

Sem a pretensão de, neste breve artigo, esgotar todas as possíveis reflexões e articulações entre o feminismo da reprodução social



e a divisão racial do trabalho para compreender a situação das mulheres trabalhadoras do capitalismo dependente, buscamos apresentar alguns elementos teóricos e autoras que nos podem auxiliar nesse processo. A TRS, ao ampliar a noção de trabalho por incorporar o trabalho gratuito da reprodução social como parte do trabalho social realizado para produzir a riqueza total da sociedade, nos permite enxergar a divisão sexual-racial do trabalho não só vinculada aos processos produtivos do capital, mas àqueles que estão fora da esfera do mercado e acontecem dentro das casas das famílias. A partir daí, se cruzarmos com a situação da classe trabalhadora em países de capitalismo dependente e sua condição estrutural de superexploração, conseguimos perceber melhor os mecanismos do capital para violar, sistematicamente, o fundo de vida e de consumo das mulheres trabalhadoras, e das mulheres negras em particular.

Compreender tais mecanismos ajuda a perceber de que forma, do ponto de vista histórico e social, se forjaram as condições degradantes de vida das mulheres latino-americanas, “*amefricanas e ameríndias*”, para sermos capazes de desnaturalizar e questionar os papéis e posições sociais a que foram impostas. Se, por um lado, é verdade que a noção inferior de raça e gênero são construções sociais; e, por outro, que o capital as utiliza para aprofundar a exploração da força de trabalho, ampliar sua acumulação e dominação; podem ser desconstruídos ideologicamente e desafiados estruturalmente pela organização e luta coletiva do conjunto da classe trabalhadora, que produz o conjunto da riqueza social – sempre que tratados pelas lutas sociais em suas particularidades e universalidades, diante da unidade contraditória e indivisível entre produção e reprodução social.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social: Elementos fundamentales para un feminismo marxista. *Archivos de Historiadel Movimiento Obrero y lalzquierda*, n. 16, p. 37-69, 22 mar. 2020.

- ARRUZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, 2017.
- BEHRING, Elaine R. Rotação do Capital e Crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio; BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; GRANEMANN, Sara (orgs.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BHATTACHARYA, Thithi. *Social Reproduction Theory – Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 140, p. 139-167, 1989.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016
- DELPHY, Cristine. *Lditions Syllepse, 2009, v. 1. t. segrativa. lidade. hoje. o. ?ar aproximaçerialismo histras brasileiras, e dos trabalhadores neg'enemie principal: économie politique dupatriarcat. v. 1. Paris: Éditions Syllepse, 2009.*
- FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GLENN, Evelyn Nakano. From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. *Signs*, v. 18, n. 1, 1992, p. 1-43.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Caderno de formação política do Círculo Palmarino*, Batalha de Ideias, n. 1, Brasil, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Revista Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984. p. 223-244.
- HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- KERGOAT, Danièle. Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux. Dorlin, Elsa Dorlin (dir.). *Sexe, race classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF; Actuel Marx Confrontation, 2009. p. 111-125.
- LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, Georg. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica da dependência*. Lisboa: Ulmeiro, 1981.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1 (v. 1). 9. ed. São Paulo: Difel, 1984.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of woman*. Boston: Brill, 2013.

Notas

1 “(...) cada capitalista individual, assim como o conjunto dos capitalistas em cada esfera de produção particular, participa na exploração de toda a classe operária pelo conjunto do capital e no grau dessa exploração, não simplesmente por simpatia geral de classe, mas por interesse econômico direto, porque a taxa média de lucro depende do grau de exploração do trabalho total pelo capital total. (...) Isso demonstra com uma exatidão matemática por que os capitalistas, ainda que se comportem entre si como falsos irmãos na concorrência que se fazem, constituem não obstante uma verdadeira franco-maçonaria em relação ao conjunto da classe operária. Portanto, as relações de classes não podem reduzir-se ao confronto entre patrão e operário na empresa. Social, a exploração pressupõe o metabolismo da concorrência, a formação de uma taxa média de lucro, a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário” (BENSAID, 1999, p. 160). ↑

2 Tradução livre da autora. ↑

3 De acordo com Elaine Behring (2012, p. 178): “A política social, descolada do keynesianismo e da inspiração beveridgeana, vem sendo refuncionalizada e tensionada pela supercapitalização, termo de Mandel (1982) que busca caracterizar o espraiar do capital para zonas antes não mercantis. Trata-se de uma decorrência da supercapitalização, do excesso de liquidez de capitais que passam a buscar nichos de valorização industrializando determinados setores, a exemplo da saúde, da educação, da previdência social e outros”. ↑

4 Todas as citações desta obra têm tradução livre da autora. ↑

5 Sobre isso, Vogel (2013) argumenta: “Nas palavras de Marx, o trabalhador ‘produz constantemente riqueza material, objetiva, mas na forma de capital, de um poder alheio que o domina e explora; e o capitalista produz constantemente força de trabalho, mas na forma de fonte subjetiva de riqueza, separada dos objetos nos e pelos quais somente pode ela se realizar; em resumo, ele produz o trabalhador, mas como trabalhador assalariado. Essa reprodução incessante, essa perpetuação do trabalhador, é condição sine qua non da produção capitalista’. Tais declarações dramáticas são verdadeiras em um sentido amplo, mas lançam pouca luz sobre o status teórico da reprodução da força de trabalho na sociedade capitalista, e menos ainda sobre a maneira como ela ocorre” (VOGEL, 2013, p. 197). ↑

6 As citações desta obra que serão utilizadas neste artigo foram traduzidas pelo Grupo de Estudos de Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). ↑

7 Arruza (2017, p. 45) coloca assim a questão, em um debate com a teoria da consubstancialidade: “Na medida em que tudo determina tudo o mais, a noção de determinação perde sua função explicativa, e torna-se impossível evitar uma regressão infinita nas cadeias causais. Mais ainda, não é claro como a perspectiva da consubstancialidade pode escapar da multiplicação infinita de sistemas de opressão que ela condena na interseccionalidade”. ↑

8 Por exemplo, Cristine Delphy (2009), em 1970, teorizou sobre a existência de um modo de produção doméstico ou patriarcal que seria independente, ainda que possuísse relação com o modo de produção capitalista, e que, portanto, as mulheres seriam uma classe própria no sentido econômico do termo. ↑

9 Todas as citações desta obra têm tradução livre da autora. ↑

10 Florestan Fernandes (1975, p. 44) afirma que: “Na verdade, as reais fronteiras da história, na América Latina, não estão na aparente absorção dos modelos ideais de organização econômica, social e política, que podem ser importados prontos e acabados. Elas se encontram em “fatos de estrutura”, através dos quais os homens constroem (ou deixam de fazê-lo) as condições que asseguram (ou não) a viabilidade histórica e a efetividade dos referidos modelos ideais”. ↑

11 Uma das formas de “renovar o racismo” no Brasil foi a disseminação, a partir dos anos 1930, do “mito da democracia racial”. Tal “mito” busca construir e disseminar uma ideologia que naturaliza as desigualdades raciais e a meritocracia, além de subverter as violências do capital e do Estado sob a população negra. De forma irônica, Lélia Gonzalez (1984) explicita bem a questão: “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?)” (GONZALEZ, 1984, p. 226). ↑

12 É possível afirmar que o valor diário da força de trabalho está relacionado ao seu fundo de consumo assim como o valor total está ao seu fundo de vida, já que o consumo da força de trabalho deve ser analisado através da “jornada de trabalho diária e jornada de trabalho total, quanto a reposição (ou não) de seu desgaste precisa ser avaliada, considerando os anos de vida presentes e futuros” (LUCE, 2018, p. 158). Tais categorias nos ajudam a tratar da capacidade e sob que condições os trabalhadores são capazes de reproduzir sua força de trabalho e garantir sua subsistência. Em última instância, estão relacionadas à qualidade e à quantidade de anos de vida do trabalhador, a partir do desgaste a que está submetida a sua força de trabalho. ↑

13 A toda carga de trabalho degradante e inferiorização, soma-se às mulheres negras no Brasil a violência e exploração sexual (GONZALEZ, 2018). Encarada como “objeto sexual”, as mulheres negras sofrem da hipersexualização de seus corpos no carnaval e da prática muito comum de suas patroas que “seus jovens filhos possam “iniciar-se” sexualmente com elas” (GONZALEZ, 2018, p. 47, grifo da autora), reforçando esta superexploração econômico-sexual (Ibidem). ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em maio de 2022 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).